



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ANEXOS

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA - FORNECIMENTO CONTRATAÇÃO DIRETA

102116 - Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto - FMRP/USP

Processo SEI nº 154.00006684/2026-65

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Filtros e Refis para Bebedouros, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CAT. MAT.	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	FILTRO PARA PURIFICADOR SOFT EVEREST (DC: 28933/2026, CATMAT: 340311) Filtro original ou compatível para purificador de água modelo Soft Plus Everest, tipo 2 em 1 com carvão ativado, de fácil instalação e ideal para purificação da água, sendo capaz de diminuir a quantidade de cloro, como também eliminando partículas de areia, ferrugem, barro, e todo e qualquer gosto e odor indesejável.	340311	uni	2	124,43	248,86
2	FILTRO PARA BEBEDOURO BELIERE TIPO COPO/BOCA COM SISTEMA AP-200 F-CART (DC: 29492/2026, CATMAT: 486734) Filtro modelo AP-200F (elemento filtrante com polipropileno + carvão ativado) Elemento filtrante com sistema de tripla filtração: <ul style="list-style-type: none">1ª etapa: Meio poroso de polipropileno "melt-blown" (retenção partículas >5 micras, classe III).2ª etapa: Carvão ativado granulado com prata coloidal (redução >75% cloro livre classe I, eliminação odores/gostos).	486734	uni	2	135,25	270,50



	<ul style="list-style-type: none"> 3ª etapa: Polipropileno "melt-blown" final (retenção fina de resíduos). <p>Especificações operacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> Vazão: 180-900 L/h (nominal). Pressão: 2-40 mca (20-400 kPa). Capacidade/vida útil: 2.000-6.000 L ou 6 meses. Temperatura: 4-40°C. Conexão: Rosca 1/2" NPT. Núcleo dos filtros Dimensões: Altura 23 cm, diâmetro 12 cm. Certificações: INMETRO (NBR 16098), para água potável (Portaria MS 2914/11). Uso em bebedouros industriais; descartável (incineração ou lixo doméstico). <p>Aparência Visual</p> <ul style="list-style-type: none"> Cilíndrico branco ou transparente, com tampa superior rosqueável (preto/branco), corpo em ABS/polipropileno e rosca 1/2" nas extremidades para instalação em bebedouros. 					
3	<p>KIT ELEMENTOS FILTRANTES PPF-5 E T33 PARA BEBEDOURO CANOVA (DC: 29492/2026, CATMAT: 622739)</p> <p>Kit composto por 2 filtros (PPF-5 + T33), sistema Troca-Rápida, para purificadores do Bebedouro da marca Canova.</p> <ul style="list-style-type: none"> Filtro PPF-5 (Polipropileno sediment): Retém partículas sólidas maiores (areia, limo, ferrugem, barro); retenção classe C/IV (5-15 µm ou 15-30 µm); bacteriostático. Filtro T33 (Carvão ativado granulado com prata coloidal): Reduz cloro livre (>75% classe I), odores, gostos e sabores indesejados; decoloração máxima; inibe proliferação bacteriana. <p>Especificações Operacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> Vazão máxima: 30-50 L/h. Pressão: 80-400 kPa (0,8-4,0 kgf/cm²). Temperatura: 2-40°C. Capacidade/vida útil: 3.000-4.000 L ou 6-9 meses (troca a cada 6 meses recomendada). Dimensões aproximadas: 271 x 64 x 64 mm (produto); peso PP ~245g, carvão ~330g. 	622739	uni	2	313,63	627,26



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

	<ul style="list-style-type: none"> • Certificações: INMETRO (NBR 16098), Portaria MS 888/2021 (água potável). • Cor: branca; instalação sem ferramentas. • Uso exclusivo em purificadores residenciais/comerciais Canova; descartável. <p>Aparência Visual</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dois cartuchos cilíndricos brancos conectados (PPF-5 superior, T33 inferior), com encaixe rápido e embalagem plástica. <p>Certificações e Normas</p> <p>O produto deve, obrigatoriamente, atender às seguintes regulamentações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • NBR 16098: Controle de qualidade de aparelhos para melhoria da água. • Portaria MS 888/2021 (ou sucedânea): Padrões de potabilidade de água para consumo humano. • Certificação INMETRO: Selo de conformidade visível na embalagem ou corpo do produto. <p>Condições de Fornecimento</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os kits devem ser entregues em embalagens individuais, lacradas, garantindo a integridade e higiene dos elementos filtrantes. • O produto deve ser de fabricação recente, com validade técnica compatível com o período de armazenamento institucional. 					
4	<p>ELEMENTO FILTRANTE 2 EM 1 PARA FILTRO SOFT EVEREST (DC: 37576/2026, CATMAT: 340311)</p> <p>Cartucho de filtro para reposição em equipamentos existentes na unidade. A aquisição dos cartuchos de filtro visa garantir a continuidade do funcionamento adequado dos equipamentos de filtração de água, assegurando a qualidade do serviço prestado e a segurança dos usuários.</p> <p>ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Marca do filtro: Soft Everest • Referência do cartucho: Elemento filtrante interno, dois em um • Acabamento: Polipropileno na cor branca • Dimensões do cartucho: 24 x 68 mm (altura x diâmetro) 	340311	uni	4	119,29	477,16
5	<p>FILTRO PARA BEBEDOURO UNIVERSAL (DC: 47229/2026, CATMAT: 384570)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Utilização: com rosca de entrada e saída de 1/2 polegada, ponto de entrada • Matéria-prima: de polipropileno 	384570	uni	10	152,45	1.524,50



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

	<ul style="list-style-type: none">• Elemento filtrante: com elemento filtrante de carvão ativado com prata coloidal (inibe a proliferação de bactérias) 5 P.• Retenção de cloro: com retenção de cloro 75%• Retenção de partículas: com retenção de partículas sólidas classe C (5 a 15 micras). 3 estágios de filtragem• Vida útil nominal: vida útil aprox. de 6 meses (cerca de 2000 L)• Vazão: Fluxo máximo de água: 120 L/H• Legislação vigente: com certificado do Inmetro e NBR 16098					
6	FILTRO PARA PURIFICADOR IBBL (DC: 50017/2026, CATMAT: 368981) <ul style="list-style-type: none">• UNIDADE DE COMPRA: UNIDADE• MARCA E MODELO PURIFICADO: PARA PURIFICADOR IBBL, MODELO FR 600• PEÇA SOLICITADA: REFIL ELEMENTO FILTRANTE C+3 OU SIMILAR• REFERÊNCIA DA PEÇA: FABRICACAO IBBL OU COMPATIVEL• LEGISLAÇÃO: CONFORME PORTARIA 518 DO MS E NBR 14908	368981	uni	50	91,00	4.550,00

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 2023.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de **30 (trinta) dias corridos** contados do(a) **data do envio da notificação de fornecimento** na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua (caso assim definido pela documentação que compõe a presente contratação) oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.5. O **CONTRATADO** não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:
 - I. ID PCA no PNCP: 63025530000104-0-000075/2026;
 - II. Data de publicação no PNCP: 30/05/2025;
 - III. Id do item no PCA: 697, 698, 701, 702;
 - IV. Classe/Grupo: 4460 - EQUIPAMENTOS PARA PURIFICAÇÃO DE ÁGUA;
 - V. Identificador da Futura Contratação: 102116-10/2026.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

SUSTENTABILIDADE

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:
 - 4.1.1. Fornecimento de filtros e cartuchos em conformidade com as NBR e Portarias correspondentes.
 - 4.1.2. Armazenamento e transporte adequado dos materiais.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 5.1. O prazo de entrega dos bens é de **30 dias corridos**, contados do(a) data de envio da notificação de fornecimento, em remessa única.
- 5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **05 (cinco) dia(s)** de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: conforme **ANEXO IV – LOCAIS DE ENTREGA.**



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- 5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o **CONTRATADO** devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. A Universidade de São Paulo poderá convocar representante do **CONTRATADO** para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou outro instrumento equivalente (caso assim definido pela documentação que compõem a presente contratação), o órgão ou entidade poderá convocar o representante do **CONTRATADO** para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do **CONTRATADO**, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17](#)).
- 6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e [Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II](#)).



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 6.9. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições do objeto executado e aprovará a planilha de medição emitida pelo **CONTRATADO** ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, III](#)).
- 6.10. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV](#)).
- 6.11. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).
- 6.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II](#)).

Fiscalização Administrativa

- 6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do **CONTRATADO**, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III](#)).
- 6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV](#)).
- 6.15. Sempre que solicitado pelo **CONTRATANTE**, o **CONTRATADO** deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

- 6.16. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º](#)).
- 6.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do **CONTRATADO**, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

despesa no relatório de riscos eventuais ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX](#)).

- 6.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII](#)).
- 6.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII](#)).
- 6.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único](#)).
- 6.21. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Do recebimento

- 7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **05 (cinco)** dias, a contar da notificação do **CONTRATADO**, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.3. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **15 (quinze)** dias úteis.
- 7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao **CONTRATADO** para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertinente à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o **CONTRATADO** providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao **CONTRATANTE**;
- 7.10. A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do **CONTRATADO**, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do **CONTRATANTE**.

Prazo de pagamento

- 7.12. O pagamento será efetuado no prazo não inferior a **28 (vinte e oito)** dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023 e da [Portaria GR nº 8249/2023](#).



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

7.12.1. São condições para a liberação do pagamento:

- a) O recebimento definitivo do objeto;
- b) A entrega da documentação fiscal completa;
- c) A não existência de registro do **CONTRATADO** no Cadin Estadual, cuja consulta deverá ser feita pelo **CONTRATANTE**, nos termos do artigo 6º, inciso II e parágrafo 1º da Lei Estadual nº 12.799/2008 c.c. artigo 7º, inciso II e parágrafo 1º do Decreto Estadual nº 53.455/2008.

7.13. Havendo atraso no pagamento dos contratos celebrados pela Universidade de São Paulo, por razões não imputáveis ao **CONTRATADO**, o valor devido será atualizado monetariamente pelo **IPC-FIPE** na forma da legislação aplicável, calculado pro rata temporis em relação ao atraso verificado, tornando-se passível de responsabilização aquele que der causa ao atraso imotivado.

7.13.1. Não será considerado atraso o período de suspensão dos pagamentos em razão do descumprimento das condições fixadas em contrato, nem as retenções para compensação com eventuais multas e prejuízos causados à Universidade ou a terceiros.

7.13.2. O pagamento da atualização financeira estabelecida neste artigo dependerá de requerimento a ser formalizado pela empresa contratada.

7.14. Eventuais irregularidades nas condições de pagamento ou nos documentos exigidos (Nota Fiscal, Fatura e demais documentos exigíveis) para sua liberação deverão ser regularizadas até o sétimo dia anterior ao término do prazo de pagamento.

7.15. Caso não ocorra a regularização no prazo definido no item anterior, o pagamento ficará suspenso e será efetuado em até 07 (sete) dias, contados a partir do dia seguinte à regularização.

7.16. Caso o término da contagem aconteça em dias sem expediente bancário, o pagamento ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente subsequente.

7.17. Caso sejam constatadas irregularidades na execução do objeto contratado, será descontada do pagamento a importância correspondente ao descumprimento, sem prejuízo da eventual rescisão do contrato e aplicação das demais penalidades cabíveis.

Forma de pagamento

7.18. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do **CONTRATADO** no Banco do Brasil S/A, ficando terminantemente vedada a negociação da duplicata mercantil na rede bancária ou com terceiros.

7.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.19.1. O **CONTRATANTE** poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.19.2. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.20. O **CONTRATADO** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, caput, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

8.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta aos seguintes cadastros informativos oficiais:

- a. SICAF;
- b. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- c. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- d. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- e. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- f. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>);
e
 - g. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).
- 8.4. A consulta ao cadastro especificado na alínea “d” do item anterior será realizada em nome da pessoa jurídica fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 8.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 8.6. Também constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do fornecedor no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do artigo 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.
- 8.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.8. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.
- 8.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 8.10. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 8.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

- 8.12. Observadas as disposições do art. 18 do Decreto Estadual nº 68.304, de 9 de janeiro de 2024, e considerando que o objeto desta contratação se encontra enquadrado no Inciso II, deverá ser apresentada a seguinte documentação:



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

8.12.1. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual (Certidão de Débitos tributários Inscritos na Dívida Ativa)**, do domicílio ou sede do fornecedor;

8.12.1.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual e/ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.12.2. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (**CNDT**) ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.12.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (**RFB**) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (**PGFN**), **referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU)** por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.12.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**).

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 7.698,28 (Sete mil, seiscentos e noventa e oito reais e vinte e oito centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I. Gestão/Unidade: **Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto – FMRP/USP;**
- II. Fonte de Recursos: **Tesouro**
- III. Programa de Trabalho: **364 - Ensino Superior**
- IV. Elemento de Despesa: **339030 - Material de Consumo.**

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Ribeirão Preto, na data da assinatura digital

Nicolas T. de A. Galvão
Serviço de Compras e Importação



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ANEXO II – REDUÇÃO DE LANCES

ITEM	DESCRIÇÃO	INTERVALO MÍNIMO ENTRE LANCES CONSECUTIVOS
1	FILTRO PARA PURIFICADOR SOFT EVEREST	R\$ 0,60
2	FILTRO PARA BEBEDOURO BELIERE TIPO COPO/BOCA COM SISTEMA AP-200 F-CART	R\$ 0,70
3	KIT ELEMENTOS FILTRANTES PPF-5 E T33 PARA BEBEDOURO CANOVA	R\$ 1,60
4	ELEMENTO FILTRANTE 2 EM 1 PARA FILTRO SOFT EVEREST	R\$ 0,60
5	FILTRO PARA BEBEDOURO UNIVERSAL	R\$ 0,80
6	FILTRO PARA PURIFICADOR IBBL	R\$ 0,50



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ANEXO III – PROPOSTA COMERCIAL

PROPOSTA COMERCIAL							
OBS.: ESTE DOCUMENTO CONTÉM TODOS OS ELEMENTOS EXIGIDOS NA PROPOSTA, SEGUNDO O ITEM DO EDITAL. PARA VERIFICAÇÃO E CONFERÊNCIA, SUGERIMOS AOS FORNECEDORES ANEXAREM, À PROPOSTA ELETRÔNICA, ESSE DOCUMENTO COM TODOS OS CAMPOS DEVIDAMENTE PREENCHIDOS							
	DESCRIÇÃO	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	MARCA	MODELO	GARANTIA
1	FILTRO PARA PURIFICADOR SOFT EVEREST (DC: 28933/2026, CATMAT: 340311)	2					mínima do fabricante
Valor total do item por extenso: _____							
2	FILTRO PARA BEBEDOURO BELIERE TIPO COPO/BOCA COM SISTEMA AP-200 F-CART (DC: 29492/2026, CATMAT: 486734)	2					mínima do fabricante
Valor total do item por extenso: _____							
3	KIT ELEMENTOS FILTRANTES PPF-5 E T33 PARA BEBEDOURO CANOVA (DC: 29492/2026, CATMAT: 622739)	2					mínima do fabricante
Valor total do item por extenso: _____							
4	ELEMENTO FILTRANTE 2 EM 1 PARA FILTRO SOFT EVEREST (DC: 37576/2026, CATMAT: 340311)	4					mínima do fabricante
Valor total do item por extenso: _____							
5	FILTRO PARA BEBEDOURO UNIVERSAL (DC: 47229/2026, CATMAT: 384570)	10					mínima do fabricante
Valor total do item por extenso: _____							
6	FILTRO PARA PURIFICADOR IBBL (DC: 50017/2026, CATMAT: 368981)	50					mínima do fabricante
Valor total do item por extenso: _____							
Observações: Nos valores acima deverão estar incluídos, além do lucro, todas e quaisquer despesas de responsabilidade do Proponente que, direta ou indiretamente, decorram do fornecimento do objeto licitado. Atenção ao item do edital que discorre acerca da isenção do ICMS na proposta.							
RAZÃO SOCIAL:							
CNPJ:							
CONTA CORRENTE (SOMENTE BANCO DO BRASIL):							
AGÊNCIA:							
ENDEREÇO COMPLETO:							
FONE/E-MAIL:							
PRAZO DE PAGAMENTO:	28 DIAS						
PRAZO DE ENTREGA:	30 DIAS						
VALIDADE DA PROPOSTA:	60 DIAS						
Declaro total concordância com as condições da presente licitação do Edital em referência.							
Considerando que os pagamentos a serem efetuados pela Universidade de São Paulo deverão ser realizados exclusivamente em conta corrente do Banco do Brasil S.A., conforme as previsões contidas no artigo 2º do Decreto Estadual nº 62.867/2012 e no artigo 4º da Portaria GR nº 4710/2010, as proponentes que não possuírem conta bancária no Banco do Brasil para a indicação no campo supracitado deverão estar cientes de que esses dados deverão ser informados pela empresa vencedora da licitação, na qualidade de futura contratada.							
..... de de							
.....							
CARIMBO, ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL							



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ANEXO IV – LOCAIS DE ENTREGA

ITEM	DESCRIÇÃO	ENDEREÇO DE ENTREGA
1	FILTRO PARA PURIFICADOR SOFT EVEREST	Rua Tenente Catão Roxo, 2418 - Monte Alegre - Ribeirão Preto/SP - CEP: 14051-140 CEMEL - Centro de Medicina Legal - SVOI - Andar: Térreo
2	FILTRO PARA BEBEDOURO BELIERE TIPO COPO/BOCA COM SISTEMA AP-200 F-CART	Avenida Bandeirantes, 3900 - Monte Alegre - Ribeirão Preto/SP - CEP: 14049900 Laboratório Multidisciplinar da FMRP-USP - Sala: 03
3	KIT ELEMENTOS FILTRANTES PPF-5 E T33 PARA BEBEDOURO CANOVA	Avenida Bandeirantes, 3900 - Vila Monte Alegre - Ribeirão Preto/SP - CEP: 14049900 Prédio Central - Departamento de Biologia Celular, Molecular e Bioagentes Patogênicos
4	ELEMENTO FILTRANTE 2 EM 1 PARA FILTRO SOFT EVEREST	Av. Bandeirantes, 3900 - Monte Alegre - Ribeirão Preto/SP - CEP: 14049-900 Prédio Central - Administração
5	FILTRO PARA BEBEDOURO UNIVERSAL	Avenida Bandeirantes, 3900 - Monte Alegre - Ribeirão Preto/SP - CEP: 14049-900 Anexo "A" da FMRP - Seção de Material - Andar: subsolo - Bloco: Bloco B - Sala: Almoxarifado
6	FILTRO PARA PURIFICADOR IBBL	



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ANEXO V – ORIENTAÇÕES SOBRE A RETENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA

Em razão da publicação da IN RFB nº 2.145/2023, que alterou a IN RFB nº 1.234/2012, a Universidade de São Paulo, na condição de Autarquia Especial do Governo do Estado de São Paulo, deverá realizar a retenção na fonte do valor correspondente ao Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza incidente sobre rendimentos pagos às pessoas jurídicas contratadas para fornecimento de bens e prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil, observadas as disposições da Lei nº 9.430/1996, do Decreto nº 9.580/2018 (Regulamento do Imposto de Renda) e da Portaria Conjunta CGE/CAF nº 01/2023.

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1234, DE 11 DE JANEIRO DE 2012

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2145, DE 26 DE JUNHO DE 2023

Por decorrência, será de exclusiva responsabilidade da pessoa jurídica fornecedora do bem ou prestadora do serviço destacar no documento fiscal a alíquota a ser descontada, observadas as regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012 e a coluna "IR (02)" do Anexo I da mesma Instrução ou, quando amparados por isenção, não incidência ou alíquota zero, destacar o enquadramento legal do benefício no respectivo documento fiscal, sob pena de a retenção do Imposto sobre a Renda (IR) ser efetuada sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou do serviço.